

Infraestruturas da Soberania Alimentar

Organizadores:

Ricardo Costa Agarez - DINÂMIA'CET- Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Catarina Ruivo - DINÂMIA'CET- Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Ivonne Herrera-Pineda - DINÂMIA'CET- Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Moderador: Ricardo Costa Agarez, Catarina Ruivo & Ivonne Herrera-Pineda

A Lota de Aveiro e a Política de Abastecimento de Peixe a Portugal no Pós-guerra

Diego Inglez de Souza (diego.souza@iscte-iul.pt) ISCTE-IUL, Portugal

Objeto de projetos e disputas contemporâneas, o conjunto da antiga Lota de Aveiro entrou em funcionamento em 1959, integrado ao Plano Geral de Arranjo e Extensão do Porto Interior de Aveiro, elaborado pelo engenheiro Coutinho de Lima. A localização da lota, decidida em função da proximidade com a cidade, em detrimento das demandas da pesca industrial, foi criticada durante a obra e acabou por ser um dos fatores que conduziu à sua desativação em 1999. As sardinhas que alimentavam a indústria da conserva foram gradualmente substituídas pelo peixe congelado, capturado por arrastões e distribuído em Portugal através de uma rede de frio ainda em construção nos anos 1960.

A política das pescas do Estado Novo, que incluía um “Serviço de Abastecimento de Peixe ao País”, parece ter ignorado a dimensão ecológica desta atividade, obrigando o Estado a buscar em outros mares novas fontes de recursos que abastecessem seu projeto de autarcia a partir do mar, carregado de sabor à “sangue e sal”. A história da construção e abandono desta arquitetura da pesca, hoje compreendida como um elemento importante na transformação de Aveiro, revela também transformações dos hábitos de consumo e das dimensões espaciais das pescas no Pós-guerra.

Arquitetura da pesca; História ambiental da arquitetura; Lota de Aveiro

Património edificado subsidiado pelo Fundo de Melhoramentos Rurais e construído pelas organizações da lavoura no Sul de Portugal (1930s-1980s)

João Cardim (arq.cardim@gmail.com). CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Universidade de Évora, Portugal

Através da pesquisa no Fundo de Melhoramentos Rurais, pretende-se analisar de forma panorâmica que tipo de estruturas ligadas ao sector agrícola foram por esta via subsidiadas pela Administração Central ao longo de várias décadas (desde a sua criação na década de 1930 até meados dos anos 1980) no Sul de Portugal.

Pretende-se essencialmente perceber de que maneira as associações locais ligadas ao mundo rural (grémios da lavoura, cooperativas agrícolas, casas do povo, associações recreativas, entre outras) aproveitaram esta figura para encetar processos de transformação das condições de produção,

alojamento de trabalhadores, armazenagem, distribuição e associativismo, bem como identificar e analisar o património edificado que nos chegou como resultado destes processos.

Fundo de Melhoramentos Rurais; organizações da lavoura

A Casa do Povo de Moncarapacho (Olhão): Comunidade e Corporativismo no Barrocal Algarvio

Tânia Alexandra Cabecinha Rodrigues (tania.rodrigues@uc.pt) Universidade de Coimbra - Centro Estudos Interdisciplinares Séc. XX (CEIS20), Portugal

Em 1933, o Estado Corporativo, criava as Casas do Povo, um organismo de cooperação social a edificar em todas as freguesias rurais do país para apoio à população do interior. Dizemos edificar no sentido literal da palavra, não fosse o edifício sede da Casa do Povo a materialização efetiva de um trabalho social que se queria desenvolvido em prol do mundo rural. A antiga freguesia de Moncarapacho (hoje União de Freguesias de Moncarapacho e Fuzeta), no interior do concelho de Olhão, destaca-se entre as primeiras sedes de freguesias rurais do Algarve a fundar a sua Casa do Povo, apenas antecedida pela Aldeia de Estoi no vizinho concelho de Faro, corria o ano de 1934. A dificuldade em se concretizar o programa e os fins para que fora criado este organismo - a previdência (e assistência), a educação (de jovens e adultos) e o progresso local (e laboral) – refletem a profunda crise económica em que se vivia no barrocal algarvio na primeira metade do século 20. Apresentou-se difícil o labor de cumprir todas as demandas preconizadas no decreto-lei n.º 23051 e mais difícil a concretização de ver construída a respetiva sede no seio deste núcleo rural que se protelou por mais de duas décadas. Tendo com linha condutora os longos anos e os desafios que retardaram a construção do edifício Sede da Casa do Povo de Moncarapacho (só inaugurado em 1966), parece-nos pertinente pensar acerca da vi

Casa do Povo; Edifício sede; Vida rural; Assistência e Previdência; crise social